

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: UM PROGRAMA DE EXTENSÃO E PESQUISA¹

Gabriel Kraychete Sobrinho²

CONTEXTO

As transformações que inquietam o mundo do trabalho e as perspectivas que se colocam com o novo governo do Brasil realçam a importância e a contemporaneidade do Programa de Pesquisa e Extensão direcionado à economia dos setores populares. Iniciado em 1999, no âmbito do Regime de Tempo Contínuo (RTC), esse programa, por seu conteúdo e características, se constitui numa iniciativa pioneira da UCSal em nosso estado.

A tendência ao desemprego estrutural, e as transformações na forma de trabalho que dominou o século XX – o trabalho assalariado organizado –, redefinindo as possibilidades de trabalho para milhões de pessoas, emergem como uma questão social premente. O aumento do desemprego, a redução do número de trabalhadores assalariados, o crescimento do número de trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria, empurram parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações.

Em nosso País, e na Região Metropolitana de Salvador ainda mais, um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora das relações de emprego assalariado regular. Hoje, a essas pessoas soma-se um novo contingente, composto pelos trabalhadores expulsos do emprego e pelas pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano, colocando novos problemas para um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente³.

Num País como o Brasil, que nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais nem, tampouco, experimentou algo semelhante à rede de proteção social típica ao *Welfare State* europeu, a acomodação dessas novas tendências pode consagrar uma situação de total desamparo social para um número crescente de trabalhadores. Como indica o professor Francisco de Oliveira, não se trata de uma irrealizável exclusão do mercado, porque dele, em alguma medida, ninguém escapa, mas de uma negação e de uma exclusão do campo dos Direitos Sociais.

Diante de oportunidades de emprego regular cada vez mais fugidias, a reprodução da vida de parcelas crescentes da população vem ocorrendo por intermédio de uma economia que abrange inúmeras atividades realizadas de forma individual e/ou familiar, além das diferentes modalidades de trabalho associativo. Pode-se afirmar que essas atividades, em seu conjunto, compõem uma economia dos setores populares, envolvendo, mesmo que de modo disperso e fragmentado, um fluxo considerável de produtos, serviços e modalidades diversas de trocas e mercados. Essa designação, portanto, pretende expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, *a priori*, os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes.

A eficiência dessa economia dos setores populares não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos empresários, mas por sua capacidade de assegurar postos de trabalho e gerar alguma renda para um grande número de pessoas.

¹ Relato de experiência de atividade de extensão e pesquisa vinculada ao Regime de Tempo Contínuo – RTC, do Núcleo de Estudos do Trabalho.

² Professor, Mestre, do Instituto de Teologia e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador – UCSal. gabrielkr@uol.com.br

³ Os dados do IBGE evidenciam as carências e dificuldades dos trabalhadores por conta própria, contrastando com o discurso, tão em moda, do *empreendedorismo* e da *empregabilidade*. O rendimento médio das atividades por conta própria, por exemplo, em reais de 1997, era inferior ao rendimento médio mensal dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada. E a grande maioria (97%) não recebe qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira.

A racionalidade dessa economia está ancorada na geração de renda destinada a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital. Ou seja, baseia-se na lógica da necessidade, expressando o reverso da lógica do capital, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho.

Diferentemente da empresa, que tem por objetivo a acumulação de capital, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da reprodução da vida da unidade familiar.⁴ Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam mão-de-obra, os empreendimentos populares não podem dispensar os filhos e cônjuges que gravitam no seu entorno.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvido como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento. O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação do capital, assume um outro significado para os empreendimentos populares. No caso dessa economia dos setores populares é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar destas pessoas.

Recentemente, o campo de ação da economia dos setores populares vem despertando novos interesses e iniciativas de organizações não-governamentais, sindicatos, igrejas, universidades e de órgãos governamentais. Alguns governos estaduais e municipais criam organismos de crédito tipo Banco do Povo; surgem fóruns municipais e regionais de economia solidária; a CUT criou a Agência de Desenvolvimento Solidário; universidades desenvolvem pesquisas sobre economia solidária e incubadoras de cooperativas populares.

Com o novo governo do Brasil, aumenta o reconhecimento da importância da economia dos setores populares, inclusive com a criação da Secretaria de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho. Cresce, portanto, o debate e a busca de alternativas emancipadoras e viáveis, voltadas para o desenvolvimento social da economia dos setores populares.

Atualmente, entretanto, essa economia existe apenas de forma dispersa e fragmentada. Em seu conjunto, ela é marcada pela precariedade, e a maioria das iniciativas apresenta ainda muitas fragilidades. E não poderia ser de outra forma. Uma mudança de qualidade da economia dos setores populares depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis, atualmente, no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. Essa transformação transcende os aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico.

Concretamente, o grande desafio enfrentado pelas organizações econômicas populares é a busca da eficiência econômica por meio de processos democráticos. É exatamente neste campo, da gestão democrática e da viabilidade econômica ancorada em critérios éticos de cooperação e justiça, que se situam as ações desenvolvidas pelo programa de pesquisa e extensão *Economia dos setores populares*, no âmbito do Núcleo de Estudos do Trabalho da UCSal.

OBJETIVOS, ATIVIDADES E RESULTADOS

Nesse contexto, o programa direcionado para a *economia dos setores populares* tem os seguintes objetivos:

1. aportar elementos à compreensão teórica de uma realidade emergente onde a economia dos setores populares ganha um novo significado e importância;
2. desenvolver ações que contribuam para uma redescoberta do trabalho, baseada na cidadania, como um dos caminhos para a afirmação da cidadania e superação das desigualdades sociais;

⁴ Esta análise inspira-se em CORAGGIO, José Luis. Economia urbana. La perspectiva popular. Quito, ILDES. FLACSO, 1998.

3. fortalecer a autonomia e a capacidade de iniciativa das organizações econômicas populares no domínio das condições necessárias à viabilidade econômica e associativa dos empreendimentos que desenvolvem;
4. estimular ações que permitam uma maior visibilidade dos empreendimentos populares face ao conjunto da sociedade;
5. complementar a formação acadêmica de alunos de diferentes áreas e suscitar cursos, monografias e linhas de pesquisa centrados na temática do programa;
6. transferir os resultados esperados para a Universidade e para a Sociedade utilizando-se de publicações, seminários temáticos e encontros mais amplos com representantes de instituições públicas e entidades não-governamentais envolvidas com os aspectos contidos no campo temático do programa.

Coerente com estes objetivos, o programa está direcionado para o seguinte público:

1. gestores de organizações econômicas populares (associações e cooperativas de agricultores e trabalhadores urbanos produtores de bens e serviços; centrais de comercialização, empresas autogestionárias, etc.);
2. técnicos de ONGs que assessoram empreendimentos econômicos populares;
3. técnicos de órgãos governamentais e de ONGs que fornecem microcrédito para empreendimentos econômicos populares;
4. estudantes, professores e técnicos de órgãos governamentais que atuam no campo da economia dos setores populares;
5. lideranças de articulações de desenvolvimento local da economia dos setores populares.

O programa é composto pelas seguintes atividades:

1. Oficinas de trabalho abordando temas específicos (comercialização, viabilidade econômica, administração e relações associativas) com representantes e assessores das organizações econômicas populares. Em 2003, as oficinas serão substituídas por um curso de extensão sobre *Viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos*, realizado em parceria com a CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (ONG sediada no Rio de Janeiro), objetivando formar agentes e pesquisadores capazes de desenvolver e aplicar instrumentos, conhecimentos e práticas de gestão adequados à realidade específica dos empreendimentos econômicos associativos. A experiência do Núcleo de Estudos do Trabalho da UCSal em pesquisas, as assessorias concernentes à economia dos setores populares e o acervo acumulado pela CAPINA, em quase 15 anos de assessoria direta a mais de 120 organizações populares em 20 estados do País, conferem o suporte ao desenvolvimento de uma metodologia de formação apropriada para o tipo de público a que se destina, sobretudo naquilo que representa uma das grandes debilidades das organizações econômicas populares: a elaboração e entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade das atividades que desenvolvem, em seus aspectos econômicos e associativos;
2. assessoria às articulações de desenvolvimento local da economia popular, contribuindo para fortalecer as iniciativas para a criação de trabalho e renda inseridos em processos de desenvolvimento humano;
3. pesquisas aplicadas objetivando a construção de intervenções práticas no âmbito da economia dos setores populares;
4. organização de seminários e elaboração de textos reflexivos concernentes ao tema da economia dos setores populares.

Participam do programa, com o apoio da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, estudantes de diferentes áreas da UCSal, compartilhando serviços e conhecimentos necessários ao fortalecimento das iniciativas econômicas populares, com evidentes efeitos sinérgicos para as populações locais e para o processo de aprendizado vinculado à prática social.

Entre as atividades realizadas no âmbito deste programa, destacam-se:

1. Assessoria às articulações de desenvolvimento local da economia popular realizada pela Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe - CAMMPI e pela Associação das Artesãs de Porto de Sauípe, atingindo, diretamente, um público de 150 pessoas e, indiretamente, 1500 pessoas.
2. *Oficina sobre viabilidade de empreendimentos econômicos populares*, realizada com os integrantes do GEP – Grupo de Economia Popular do município de Vitória da Conquista (BA), em parceria com a CAPINA e com o apoio da UESB e da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista;
3. Pesquisa sobre o *Perfil do trabalhador por conta própria*, realizada conjuntamente com a CAMMPI, objetivando identificar e propor ações que contribuam para uma melhoria de qualidade dos empreendimentos econômicos populares localizados nos bairros mais densamente povoados da Península de Itapagipe;
4. Pesquisa sobre o *Perfil dos Usuários do Microcrédito do Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento – CEADe*. Mapeamento⁵, em parceria com a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, dos empreendimentos econômicos associativos localizados na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte;
5. Organização do Seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, em parceria com a CAPINA, CESE, CERIS e CEADe, com a participação de 122 pessoas de 10 estados, reunindo professores universitários, estudantes, ONGs, representantes de grupos populares, órgãos governamentais e agências de cooperação internacional;
6. Organização e publicação do livro *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia* e publicação de quatro textos em revistas de circulação nacional; e
7. Realização de mais de 40 palestras em seminários, congressos e em comunidades locais, abordando o tema da economia dos setores populares.

Além dos resultados obtidos pelos grupos acompanhados, a execução deste programa vem despertando interesses e canalizando iniciativas, por meio de parcerias e seminários envolvendo outras universidades, ONGs, grupos populares, pastorais sociais, organizações ecumênicas, agências de cooperação internacional e órgãos governamentais. Entre estas parcerias, destacam-se as atividades desenvolvidas conjuntamente com a CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço e com a CAPINA.

Voltadas para um trabalho de extensão, as ações desenvolvidas a partir deste programa vêm suscitando, embora de forma ainda incipiente, desdobramentos no campo da pesquisa e do ensino, ensejando, por exemplo, a realização de trabalhos e monografias em cursos de graduação. Estas atividades, por sua vez, contribuem para retroalimentar o trabalho de extensão que compõe o caráter axial deste programa.

⁵ A ser concluído em outubro de 2003